

**RESOLUÇÕES
PROPOSTAS
OU APOIADAS
PELO SISEJUFE**

CONJUNTURA



PROPOSTA Nº 007

1) Conjuntura

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

Proposta de RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA

2º Semestre de 2026 e perspectivas para 2027

A XXV Plenária Nacional da Fenajufe, reunida em Salvador/BA, entre os dias 04 e 07 de junho de 2026, afirma que o atual momento histórico, marcado pela ofensiva do capital financeiro, pelo avanço autoritário da extrema direita, pela intensificação das disputas geopolíticas e pela corrosão de direitos sociais e democráticos, exige da categoria não apenas resistência, mas elevada capacidade de organização, unidade política, consciência de classe, firmeza estratégica e disposição permanente de luta.

O cenário internacional contemporâneo é marcado pelo aprofundamento das disputas geopolíticas entre potências, pela intensificação das agressões imperialistas e pela consolidação de uma ordem global subordinada aos interesses do capital financeiro transnacional e das grandes corporações tecnológicas estrangeiras, que transformam dados, algoritmos, inteligência artificial e plataformas digitais em instrumentos centrais de dominação econômica, política e cultural. Paralelamente, o avanço da extrema direita e de governos de orientação neofascista aprofunda uma crise civilizatória marcada pela naturalização da violência política, pela corrosão das instituições democráticas, pela disseminação do ódio como método de mobilização social e

pela mercantilização extrema da vida. É nesse contexto que se inserem o genocídio do povo palestino promovido pelo Estado sionista de Israel com sustentação das potências imperialistas, as permanentes tentativas de desestabilização da Venezuela, o bloqueio econômico imposto ao povo cubano e a escalada das tensões militares envolvendo os Estados Unidos e o Irã, processos que evidenciam a utilização recorrente da guerra, das sanções econômicas e da coerção política como mecanismos de manutenção da hegemonia global dos EUA.

A Fenajufe repudia os atos ilegais em águas internacionais que resultaram no sequestro e tortura do ativista brasileiro Thiago Ávila e do ativista espanhol-palestino Saif Abu Keshek que integravam a Flotilha Global Sumud, uma missão humanitária que tentava romper o bloqueio naval à Faixa de Gaza para entregar suprimentos.

Diante dessa conjuntura, a solidariedade internacionalista assume dimensão estratégica para a defesa da autodeterminação dos povos, da soberania nacional, da democracia e do multilateralismo, exigindo fortalecimento das formas coletivas de resistência, articulação continental dos movimentos sindicais e sociais e enfrentamento permanente às tentativas de subordinação política, econômica e tecnológica dos países periféricos aos interesses do capital internacional e das corporações transnacionais. Defender uma Palestina livre, manifestar solidariedade ao povo cubano e repudiar as intervenções imperialistas significa afirmar que os direitos humanos, a democracia e a soberania dos povos não podem permanecer submetidos à lógica seletiva e violenta das grandes potências.

A defesa da soberania nacional exige atuação permanente em todas as suas dimensões: territorial, ambiental, energética, tecnológica e digital. Isso significa proteger os recursos naturais, em especial as chamadas terras raras, o patrimônio público, a capacidade produtiva do país, os dados estratégicos nacionais, as infraestruturas críticas e a autonomia do Estado brasileiro diante das pressões do capital financeiro internacional, das corporações

transnacionais e das tentativas de subordinação política e econômica do país. Nesse cenário, reafirmamos a defesa intransigente do Estado Democrático de Direito e a necessidade de responsabilização de todos os envolvidos na tentativa de golpe de Estado ocorrida no Brasil, rejeitando qualquer iniciativa de anistia a golpistas, financiadores e articuladores de ataques à democracia. O momento histórico vivido pelo país, marcado inclusive pela responsabilização e condenação de setores militares e de generais envolvidos nas ações golpistas, demonstra que a democracia brasileira somente será fortalecida com memória, justiça, participação popular e compromisso permanente para impedir qualquer nova ruptura institucional.

A transição tecnológica e energética não pode ser conduzida pelos interesses do mercado internacional, da mineração predatória, da exploração dos territórios e da precarização do trabalho. A Fenajufe se soma à defesa de uma transição energética justa, popular, soberana, ambientalmente responsável e construída com participação das trabalhadoras, dos trabalhadores e das comunidades atingidas;

No Brasil, a classe trabalhadora enfrenta os efeitos de um modelo econômico que concentra renda, mantém juros elevados, restringe investimentos públicos, precariza vínculos e tenta responsabilizar os gastos sociais pelos problemas do país. Para a Fenajufe, não há saída real para a crise sem valorização do trabalho, fortalecimento do Estado, justiça tributária, redução das desigualdades e garantia de serviços públicos de qualidade para a população;

O atual modelo econômico neoliberal, colonialista e subordinado à lógica do mercado financeiro internacional, aprofunda desigualdades, fragiliza a soberania nacional e limita a capacidade do Estado enquanto garantidor de direitos sociais e promotor de desenvolvimento com justiça social. Trata-se de uma estrutura econômica voltada à concentração de renda, à mercantilização da vida, à precarização do trabalho e à transferência permanente de recursos públicos para os setores super ricos da sociedade, preservando os interesses

do sistema da dívida e do capital especulativo em detrimento das necessidades da população.

A Fenajufe reafirma a necessidade de enfrentamento desse modelo e da construção de um Estado social, democrático, soberano e garantidor de direitos, comprometido com a valorização do trabalho, a redução das desigualdades e o fortalecimento dos serviços públicos. Nesse sentido, é fundamental enfrentar a política de juros elevados e as limitações impostas pelo arcabouço fiscal, que restringem investimentos sociais, comprometem políticas públicas essenciais e atingem diretamente as condições de vida da classe trabalhadora, sem enfrentar os privilégios do sistema financeiro e os mecanismos de remuneração da dívida pública. Também é necessário combater a lógica das emendas parlamentares sem transparência e sem controle social efetivo, bem como enfrentar os privilégios tributários, as renúncias fiscais injustificadas e os mecanismos de proteção aos grandes devedores, que aprofundam a desigualdade e enfraquecem a capacidade de financiamento das políticas públicas e dos direitos sociais.

A luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, constitui reivindicação histórica da classe trabalhadora e expressa a necessidade de enfrentar um modelo produtivo fundado na exaustão permanente, na intensificação do trabalho e na captura integral do tempo de vida pelas exigências do mercado. Trata-se de uma disputa que ultrapassa a dimensão econômica e alcança o direito ao descanso, à convivência social, ao cuidado, à saúde física e mental e à própria dignidade humana.

Ao defender a redistribuição social dos ganhos de produtividade, a Fenajufe reafirma que o desenvolvimento tecnológico e o aumento da capacidade produtiva não podem continuar servindo exclusivamente à ampliação do lucro e da concentração de riqueza, enquanto trabalhadoras e trabalhadores permanecem submetidos à sobrecarga, ao adoecimento e à precarização das

condições de vida. Nesse sentido, essa pauta dialoga diretamente com a realidade do serviço público e com a necessidade de enfrentar os modelos de gestão produtivistas que transformam metas e desempenho em mecanismos permanentes de pressão, adoecimento e desgaste laboral.

A violência contra as mulheres, o feminicídio, o racismo, a LGBTfobia, o capacitismo e as múltiplas formas de opressão permanecem como expressões estruturais da sociedade brasileira, reproduzindo-se também nos locais de trabalho, nas instituições públicas e no próprio movimento sindical. Enfrentar essas violências exige mais do que respostas episódicas ou protocolares, demanda compromisso político permanente com formação, prevenção, acolhimento, responsabilização e construção de ambientes efetivamente democráticos e livres de discriminação.

Nesse contexto, o combate ao feminicídio passa necessariamente pelo reconhecimento da política de cuidados (Lei nº 15.069/2024 e Decreto nº 12.562/2025) como dimensão central da proteção social e da garantia do direito à vida das mulheres, em especial das mulheres negras, uma vez que a sobrecarga histórica do trabalho de cuidado, exercido majoritariamente por mulheres, aprofunda desigualdades, produz dependência econômica e dificulta a ruptura de ciclos de violência. A Fenajufe reafirma, portanto, a defesa de políticas públicas integradas de cuidado, proteção e acolhimento, bem como a importância da adesão da Federação ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, fortalecendo seu compromisso institucional e político com a defesa da vida das mulheres e dos segmentos historicamente oprimidos.

No serviço público, a regulamentação da negociação coletiva constitui pauta estratégica para democratizar as relações de trabalho e enfrentar uma estrutura historicamente marcada pela unilateralidade administrativa e pela limitação da participação efetiva das servidoras e servidores nas decisões do Estado. Em um contexto de intensificação produtivista, restrições fiscais e precarização das condições de trabalho, a negociação coletiva torna-se

instrumento fundamental de valorização do serviço público, mediação democrática de conflitos e fortalecimento da organização sindical.

Nesse cenário, o PL 1893/2026 representa importante avanço político e institucional ao reconhecer a negociação coletiva como direito permanente das servidoras, servidores e empregados públicos, prever mesas permanentes de negociação e fortalecer a representação sindical no setor público, inclusive mediante alterações na Lei nº 8.112/1990. A proposta amplia mecanismos de participação coletiva e fortalece a capacidade de defesa dos direitos da categoria diante das crescentes pressões sobre o serviço público e sobre as condições de trabalho.

A Fenajufe deve assumir papel ativo, articulado e combativo na luta pela aprovação do PL 1893/2026, mobilizando a categoria, incidindo politicamente junto ao Congresso Nacional e fortalecendo a defesa da regulamentação efetiva da negociação coletiva no serviço público. A Federação deve defender especialmente os dispositivos que ampliam as garantias para o exercício da atividade sindical e asseguram a possibilidade de liberação de dirigentes sindicais sem ônus para a categoria, medida essencial para fortalecer a autonomia sindical, ampliar a capacidade de organização coletiva e assegurar condições concretas de defesa das servidoras e servidores do PJU e MPU frente aos desafios institucionais e políticos do próximo período.

No âmbito do PJU e MPU, persistem desafios estruturais que impactam diretamente as condições de trabalho, a saúde da categoria e a própria capacidade de funcionamento do sistema de justiça, entre eles a recomposição salarial, a reestruturação das carreiras, a implementação efetiva do Adicional de Qualificação, o déficit crônico de pessoal, a sobrecarga laboral, as desigualdades internas e a ausência de mecanismos permanentes de negociação coletiva regulamentada. Tais problemas não podem ser analisados de forma isolada, pois decorrem de um modelo de gestão cada vez mais subordinado à lógica produtivista e gerencial, que transforma metas quantitativas, controle permanente de desempenho e racionalização

administrativa desumanizantes em diretrizes centrais da organização do trabalho no Judiciário.

Preocupa o aprofundamento de modelos de gestão marcados pelo produtivismo, pelo controle excessivo de metas e pela lógica gerencial voltada prioritariamente aos indicadores quantitativos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. A imposição desse modelo tem ampliado a sobrecarga de trabalho, desrespeitado o direito ao descanso, precarizado as relações de trabalho e contribuído diretamente para o crescimento dos casos de assédio moral, violência institucional, sofrimento psíquico e adoecimento entre as servidoras e os servidores. A Fenajufe reafirma a necessidade de enfrentamento dessa lógica de gestão, denunciando seus impactos nocivos sobre a saúde física e mental da categoria e defendendo um modelo de organização do trabalho que respeite limites humanos, valorize as pessoas, assegure condições dignas de trabalho e coloque a saúde e a vida acima das metas e da produtividade.

Por essa razão, a luta pela valorização das servidoras e servidores do PJU e MPU não pode se restringir às pautas remuneratórias, embora estas permaneçam na centralidade da nossa ação. Ela envolve também a defesa de condições dignas de trabalho, da democratização das estruturas institucionais do Judiciário, da construção de mecanismos efetivos de negociação coletiva e da superação de modelos administrativos baseados exclusivamente na lógica da produtividade e da contenção fiscal. Defender a saúde da categoria, enfrentar o assédio institucional e combater a precarização do trabalho tornaram-se dimensões inseparáveis da luta em defesa de um Judiciário verdadeiramente democrático, humanizado e comprometido com os direitos sociais e com a dignidade do trabalho público.

A PEC 50/25, que dispõe sobre a ampliação da participação das servidoras e servidores nos espaços de formulação e decisão institucional e o fortalecimento de mecanismos permanentes de diálogo, transparência e controle social no sistema de justiça, deve ser tratada como instrumento estratégico para ampliar

a participação das servidoras e servidores nos espaços de formulação e decisão do Conselho Nacional de Justiça, fortalecendo a democratização institucional do Judiciário e rompendo com a lógica de decisões tomadas sem a escuta da categoria.

O processo eleitoral de 2026 insere-se em uma conjuntura de profunda disputa de projetos para o país e assume importância estratégica para a classe trabalhadora diante da permanência e reorganização das forças de extrema direita e dos setores autoritários que seguem atuando política, social e institucionalmente no Brasil. A derrota eleitoral do bolsonarismo em 2022 não significou o encerramento das práticas neofascistas, das tentativas de ruptura democrática e dos projetos de retirada de direitos, privatização do Estado e submissão da soberania nacional aos interesses do capital financeiro internacional. Ao contrário, tais forças permanecem mobilizadas na tentativa de reconstruir sua influência sobre o Estado e sobre a sociedade, difundindo autoritarismo, intolerância, desinformação e ataques permanentes às instituições democráticas e aos direitos sociais. Nesse cenário, as eleições de 2026 adquirem dimensão histórica e decisiva para barrar projetos autoritários, antipopulares e entreguistas, criando condições concretas para a defesa da democracia, da soberania nacional, do serviço público, das liberdades democráticas e da ampliação das lutas e conquistas da classe trabalhadora.

A Plataforma Política das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do PJU e MPU precisa ser reativada, atualizada e amplamente difundida como instrumento estratégico de unidade nacional da categoria, formulação programática, diálogo com a sociedade e incidência política no processo eleitoral de 2026. Em um cenário marcado pela disputa intensa entre projetos antagônicos de país, pela reorganização das forças autoritárias e pela crescente captura das instituições públicas pelos interesses do mercado financeiro e das grandes corporações transnacionais, torna-se indispensável que a categoria fortaleça sua capacidade de intervenção política coletiva, articulando suas reivindicações imediatas a um projeto mais amplo de defesa da democracia, da soberania nacional, dos direitos sociais e do serviço público.

Nesse sentido, a Fenajufe precisa ampliar sua capacidade de mobilização e incidência institucional, buscando compromissos públicos das candidaturas à Presidência da República, aos governos estaduais, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas com a democracia, a valorização dos serviços públicos e das servidoras e servidores, a regulamentação da negociação coletiva, a democratização do Judiciário, a recomposição das carreiras, a defesa dos direitos trabalhistas e a defesa de um Estado garantidor de direitos e promotor de justiça social. Não se trata apenas de disputar pautas corporativas, mas de afirmar o papel estratégico do serviço público na redução das desigualdades, na efetivação de políticas públicas e na proteção da democracia frente às ofensivas privatistas, ultraliberais e autoritárias.

A Fenajufe reafirma, portanto, que não existe neutralidade possível diante de projetos políticos que precarizam o trabalho, atacam direitos sociais, enfraquecem o Estado, subordinam o país aos interesses do capital financeiro internacional e naturalizam práticas autoritárias incompatíveis com a democracia. Em momentos históricos de elevada tensão social e institucional, a falsa neutralidade frequentemente opera como mecanismo de legitimação da retirada de direitos e da ampliação das desigualdades. Por isso, cabe à categoria posicionar-se de forma consciente, organizada e politicamente consequente em defesa de um projeto comprometido com a classe trabalhadora, com a democracia, com a soberania nacional, com a justiça social, com os direitos humanos e com serviços públicos fortes, democráticos, acessíveis e de qualidade.

O próximo período projeta-se como uma encruzilhada histórica para o país, na qual estarão em disputa não apenas governos ou maiorias parlamentares, mas os próprios fundamentos do Estado brasileiro, o sentido material da democracia e a possibilidade concreta de construção de uma sociedade menos desigual, radicalmente democrática e efetivamente comprometida com a dignidade humana e os direitos sociais. A história demonstra que nenhum direito foi

concedido espontaneamente às trabalhadoras e aos trabalhadores, todos foram fruto de organização coletiva, consciência política e luta social. É essa compreensão que deve orientar a atuação da Fenajufe e da categoria no próximo período, fortalecer a unidade, ampliar a mobilização e transformar a capacidade coletiva de resistência em força concreta de intervenção política e conquista social.

Diante disso, a XXV Plenária Nacional da Fenajufe RESOLVE:

1. Reafirmar a defesa da democracia, da soberania nacional, dos direitos sociais, do serviço público e da valorização da classe trabalhadora como eixos centrais da atuação da Fenajufe no próximo período, compreendendo que a defesa do Estado democrático constitui condição indispensável para o avanço das pautas de interesse das trabalhadoras e trabalhadores.

2. Atuar para que o Poder Judiciário enfrente de forma democrática e transparente os impactos da inteligência artificial, da governança digital e das novas tecnologias sobre as relações de trabalho, a proteção de dados, a prestação jurisdicional e os direitos fundamentais, assegurando participação efetiva das servidoras e servidores nos processos decisórios relacionados à transformação tecnológica do sistema de justiça.

3. Intensificar a luta pela recomposição salarial, pela reestruturação das carreiras do PJU e MPU, pela implementação efetiva do Adicional de Qualificação, pela valorização dos cargos, pelo enfrentamento ao déficit de pessoal e pela melhoria das condições de trabalho, denunciando os impactos do produtivismo institucional, da sobrecarga laboral e dos modelos de gestão que ampliam adoecimento, assédio e precarização no Judiciário.

4. Incorporar de forma permanente à atuação sindical da Fenajufe o enfrentamento ao feminicídio, à violência de gênero, ao racismo, à LGBTfobia, ao capacitismo, ao etarismo, ao assédio moral e sexual e a todas as formas de opressão presentes também nos locais de trabalho, nas instituições públicas e

no movimento sindical, reafirmando a centralidade da Política de Cuidado (Lei nº 15.069/2024 e Decreto nº 12.562/2025) e a adesão da Federação ao Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios como instrumento de fortalecimento institucional e político da luta em defesa da vida das mulheres.

5. Atuar e fortalecer a mobilização nacional pela aprovação do PL 1893/2026, que regulamenta a negociação coletiva no setor público e fortalece a representação sindical das servidoras e servidores públicos, defendendo sua aplicação efetiva no âmbito do PJU e MPU e assegurando especialmente as garantias ao exercício da atividade sindical e à liberação de dirigentes sindicais sem ônus para a categoria, como medida de prevenção de conflitos, redução da judicialização, fortalecimento da representação sindical e melhoria dos serviços prestados à população.

6. Intensificar a luta pela democratização do Poder Judiciário, apoiando a PEC 50/2025 e defendendo a ampliação da participação das servidoras e servidores nos espaços de formulação e decisão institucional, bem como o fortalecimento de mecanismos permanentes de diálogo, transparência e controle social no sistema de justiça.

7. Apoiar e fortalecer a luta histórica da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho, pelo fim da escala 6x1 e pela manutenção integral dos salários, compreendendo essa pauta como instrumento de defesa da saúde, do direito ao descanso, da qualidade de vida, da convivência social e da distribuição social dos ganhos de produtividade.

8. Defender a soberania digital brasileira, com regulação democrática das plataformas digitais, transparência algorítmica, proteção de dados, controle público sobre o uso da inteligência artificial, a construção de políticas tecnológicas comprometidas com os direitos fundamentais, a soberania nacional e a proteção do trabalho frente aos processos de automação e garantia de que a tecnologia esteja a serviço da população e não da precarização do trabalho e do avanço do autoritarismo.

9. Denunciar o avanço das agressões imperialistas, da financeirização da economia, a mercantilização da vida em todas as suas dimensões, do poder desmedido das big techs estrangeiras e das tentativas de subordinação dos países periféricos aos interesses do capital internacional. Nesse sentido reafirmamos a solidariedade internacionalista e a defesa da autodeterminação dos povos

10. Defender uma transição energética justa, soberana, popular e ambientalmente responsável, com proteção dos territórios, das comunidades atingidas, dos direitos trabalhistas.

11. Reafirmar que a Fenajufe deve atuar com independência política, unidade, combatividade, responsabilidade histórica e compromisso permanente com os interesses da classe trabalhadora, sem neutralidade diante de projetos que atacam direitos, precarizam o trabalho, enfraquecem o Estado democrático e subordinam o país aos interesses do capital financeiro e das corporações transnacionais.

12. Reativar, atualizar e divulgar amplamente a Plataforma Política das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do PJU e MPU, como instrumento de unidade nacional da categoria, incidência política, diálogo com a sociedade e orientação programática para o processo eleitoral de 2026.

13. Buscar compromissos públicos das candidaturas de 2026, em âmbito nacional e nos estados, com a Plataforma Política das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do PJU e MPU, por meio de debates, cartas-compromisso, sabatinas, atividades públicas e ações de incidência junto às candidaturas à Presidência da República, governos estaduais, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

14. Orientar a atuação da Fenajufe no processo eleitoral de 2026 em defesa de um projeto político comprometido com a democracia, a soberania nacional, a

valorização do serviço público, a justiça tributária, a redução das desigualdades, a proteção do trabalho, os direitos sociais, os direitos humanos, a negociação coletiva, e a valorização das servidoras e servidores públicos e o fortalecimento das políticas públicas como instrumentos de garantia de cidadania e justiça social.

RESUMO:

A XXV Plenária Nacional da Fenajufe, reunida em Salvador/BA, entre os dias 04 e 07 de junho de 2026, afirma que a conjuntura contemporânea impõe à classe trabalhadora um dos períodos mais complexos e decisivos das últimas décadas.

O cenário internacional é marcado pelo aprofundamento das disputas geopolíticas entre potências, pela intensificação das agressões imperialistas, pela financeirização extrema da economia e pela consolidação de um capitalismo de plataforma no qual grandes corporações transnacionais — especialmente as big techs estrangeiras — passaram a exercer influência direta sobre os fluxos de informação, os processos democráticos, a organização do trabalho, a soberania dos países e a própria experiência social contemporânea. Trata-se de uma reconfiguração estrutural do poder global, na qual algoritmos, dados, inteligência artificial e infraestrutura digital convertem-se em instrumentos centrais de dominação econômica, política e cultural.

Ao mesmo tempo, o avanço internacional da extrema direita e de governos de orientação neofascista aprofunda uma crise que já não é apenas econômica ou institucional, mas civilizatória. A naturalização da violência política, o crescimento do autoritarismo, a disseminação do ódio como método de mobilização social e a corrosão deliberada das instituições democráticas revelam o esgotamento de um modelo neoliberal que mercantiliza a vida, destrói direitos e transforma insegurança permanente em mecanismo de governabilidade. Nesse contexto, o genocídio do povo palestino promovido pelo Estado de Israel com sustentação das potências imperialistas tornou-se

expressão brutal da seletividade moral da ordem internacional contemporânea e da banalização da barbárie como instrumento geopolítico. Da mesma forma, persistem as tentativas de desestabilização da Venezuela, o bloqueio econômico imposto ao povo cubano e a escalada de tensões militares envolvendo os Estados Unidos e o Irã, cujos desdobramentos afetam diretamente a estabilidade internacional e aprofundam os riscos de expansão de conflitos de grandes proporções.

Diante desse cenário, a solidariedade internacionalista deixa de constituir apenas valor histórico da classe trabalhadora para assumir dimensão estratégica. A defesa da autodeterminação dos povos, da soberania nacional e do multilateralismo exige articulação continental dos movimentos sindicais e sociais, fortalecimento das formas coletivas de resistência e enfrentamento permanente às tentativas de subordinação política e econômica dos países periféricos aos interesses do capital financeiro internacional e das corporações transnacionais. Defender uma Palestina livre, manifestar solidariedade ao povo cubano e repudiar toda forma de intervenção imperialista significa afirmar que a democracia e os direitos humanos não podem continuar submetidos à lógica seletiva dos interesses geopolíticos das grandes potências.

No Brasil, os impactos desse processo se articulam a um modelo econômico neoliberal, financeirizado e historicamente subordinado às dinâmicas coloniais de dependência. Trata-se de uma racionalidade política que restringe o papel do Estado, transforma direitos sociais em obstáculos fiscais e submete a vida coletiva aos imperativos da acumulação financeira. Enquanto os juros elevados drenam recursos públicos para o sistema da dívida, o chamado arcabouço fiscal impõe limites severos aos investimentos sociais, às políticas públicas e às condições materiais de reprodução digna da vida da população trabalhadora, preservando intactos os privilégios do rentismo, das grandes isenções tributárias e dos mecanismos de concentração de renda. A austeridade, portanto, não opera como solução econômica, mas como tecnologia permanente de administração das desigualdades.

Nesse contexto, a defesa da soberania nacional assume caráter multidimensional: territorial, ambiental, energética, produtiva, tecnológica e digital. O país não pode permanecer submetido ao controle privado e estrangeiro sobre dados estratégicos, plataformas digitais, sistemas algorítmicos e infraestruturas tecnológicas que impactam diretamente os serviços públicos, a democracia e a capacidade regulatória do Estado brasileiro. A disputa pela soberania digital tornou-se também disputa pela própria capacidade de autodeterminação política e institucional do país.

A defesa da democracia exige igualmente enfrentamento firme às forças autoritárias que permanecem organizadas no Brasil mesmo após a derrota eleitoral do bolsonarismo. A tentativa de golpe de Estado revelou a permanência de setores civis, empresariais, militares e políticos comprometidos com projetos de ruptura institucional, destruição de direitos e submissão do país a interesses antipopulares e entreguistas. Por isso, não haverá fortalecimento democrático sem memória, responsabilização e justiça. Qualquer tentativa de anistia aos articuladores, financiadores e executores de ataques à ordem constitucional representa ameaça concreta à democracia brasileira e à soberania popular.

No âmbito do serviço público e do Poder Judiciário, tais contradições assumem expressão concreta na intensificação dos modelos de gestão produtivistas, no aprofundamento da sobrecarga laboral e na ampliação do adoecimento físico e mental das servidoras e servidores. A lógica gerencial fundada exclusivamente em metas quantitativas e controle permanente transforma a exaustão em método de gestão, precariza relações de trabalho e amplia casos de assédio moral, violência institucional e sofrimento psíquico. A incorporação acelerada de novas tecnologias e sistemas de inteligência artificial, sem debate democrático e participação efetiva da categoria, aprofunda ainda mais esse cenário, impondo à Fenajufe a necessidade de disputar também os rumos da governança digital e da organização contemporânea do trabalho no Judiciário.

Ao mesmo tempo, a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, pelo fim da escala 6x1 e pela valorização efetiva do trabalho humano emerge como resposta concreta à sociabilidade exaustiva produzida pelo capitalismo contemporâneo. Trata-se de reivindicação que transcende a dimensão econômica e se relaciona diretamente ao direito ao tempo, à saúde, ao cuidado, à convivência social e à própria dignidade da vida humana.

A Fenajufe reafirma, portanto, que não existe neutralidade possível diante de projetos políticos que atacam direitos sociais, enfraquecem o Estado, precarizam o trabalho, naturalizam violências e subordinam a democracia aos interesses do mercado financeiro e das grandes corporações transnacionais. O próximo período exigirá organização coletiva, unidade política, capacidade de mobilização e firmeza estratégica para disputar não apenas reivindicações imediatas da categoria, mas o próprio projeto de sociedade em disputa no país.

CARREIRA E REAJUSTE JÁ!

PELA APROVAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA!

PELO FIM DA ESCALA 6 X 1 !!

SEM ANISTIA!

NA LUTA POR SOBERANIA, DEMOCRACIA E DIREITOS!

VIVA A SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA!

ABAIXO AO IMPERIALISMO!

Proponentes:

Coletivo Democracia e Luta

Mara Weber

Lucena Pacheco

Juliana Rick

Jusilda Lombardo Pedrollo

APOIO

Coletivo Democracia e Luta

ENDOSSOS

George Matos

Márcia Pissurno

Gerson Souza

Maria José Olegário

Sandra Cristina Dias

Fernanda Lauria